



PORTARIA N° 516/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n° 030/2023-MPC/PA, de 23/01/2023,

CONSIDERANDO tudo o que consta dos Processos PAE n° 2023/1116309

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **SÔNIA DO SOCORRO SANTOS**, ocupante do cargo efetivo de Agente Operador de Veículos, matrícula n° 200115, **03 (três) dias da Licença-Prêmio** relativa ao triênio 2014/2017, para o período de 06 a 08/11/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Belém-PA, 04 de outubro de 2023.

Caio Anderson da Silva Dantas
SECRETÁRIO DO MPC/PA

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Caio Anderson da Silva Dantas (Lei 11.419/2006)
EM 04/10/2023 11:04 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 10A090B13380EC6C.C852E284EC8AC107.FB517BA5FB46A640.2271A8A2041B9F20

CONSTRUÇÃO LTDA - ME; 6) SANEAR BRASIL COSTRUÇÕES EIRELI; 7) ENGYPAV - TAVARES ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO - EPP e 8) STYLLUS CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA e declara inabilitada a empresa MEG ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Considerando o disposto no art. 109, inciso I, "a", §6º da Lei nº 8.666/93, as licitantes poderão apresentar Recurso, no prazo de dois (02) dias úteis (06/10 e 10/10) contados da decisão desta Comissão. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS Caso não haja a interposição de Recurso, fica desde já agendada a Sessão Pública para abertura dos envelopes relativos às propostas de preços para o dia 11 de outubro de 2023, às 9 horas, na sede do TCE/PA. Belém, 04 de outubro de 2023. Comissão Permanente de Licitação

Protocolo: 994131

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 41.030, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a solicitação da 5ª CCG/SECEX, protocolizada sob o expediente nº 016800/2023,

R E S O L V E:

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor FRANCISCO ALDENYS RODRIGUES OLIVEIRA NASCIMENTO, matrícula nº 0101098, Auditor de Controle Externo, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas: Exercício financeiro: 2023.

Valor do Suprimento: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Naturezas das despesas:

Material de Consumo (339030): R\$ 500,00;

Serviços de Terceiros Pessoa Física (339036): R\$ 500,00;

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039): R\$ 500,00.

Programa de Trabalho: 01032145585770000- Aperfeiçoamento de Mecanismo de Fiscalização.

Período de aplicação: 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento.

Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.

Órgão: 02.101

Fonte: Tesouro

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 03 de outubro de 2023.

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presidente

Protocolo: 993978

PORTARIA Nº 41.029, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a solicitação da 5ª CCG/SECEX, protocolizada sob o expediente nº 016800/2023,

R E S O L V E:

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor DANILIO AUGUSTO DOS SANTOS ANJOS, matrícula nº 0101628, Auditor de Controle Externo, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas: Exercício financeiro: 2023.

Valor do Suprimento: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Naturezas das despesas:

Material de Consumo (339030): R\$ 500,00;

Serviços de Terceiros Pessoa Física (339036): R\$ 500,00;

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039): R\$ 500,00.

Programa de Trabalho: 01032145585770000- Aperfeiçoamento de Mecanismo de Fiscalização.

Período de aplicação: 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento.

Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.

Órgão: 02.101

Fonte: Tesouro

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 03 de outubro de 2023.

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presidente

Protocolo: 993974

OUTRAS MATÉRIAS

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

DESTINATÁRIO: L & R do Brasil Com e Serviços de Construções Ltda (CNPJ 13.251.937/0001-81), NA PESSOA DE SUA REPRESENTANTE LEGAL, SRA. LUANA SILVA SANTOS (CPF: ***.293.822-**).

PROCESSO: TC/548704/2019.

CLASSE PROCESSUAL: PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES OU SUBVENÇÕES CONCEDIDAS PELO ESTADO.

ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ.

ASSUNTO: CONVÊNIO SEPLAN/FDE Nº 143/2014 E TERMOS ADITIVOS.

RELATOR(A): CONSELHEIRO ODILON INÁCIO TEIXEIRA.

FINALIDADE: Apresentar RAZÕES DE JUSTIFICATIVA, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação desta comunicação (Art. 215 c/c Art. 218, IV - Regimento Interno).

OBSERVAÇÕES: Esta comunicação deve ser respondida EXCLUSIVAMENTE pelo Portal do Jurisdicionado (<https://tcepa.tc.br/apresentacao-e-tce-portal>). Caso necessite de ajuda para realizar o cadastro no Portal do Jurisdicionado, ligar para (91) 3210-0823, 3210-0824, 3210-0834 ou 98565-4014. JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária de 29 de agosto de 2023, tomou a seguinte decisão: RESOLUÇÃO Nº. 19.534

(Processo TC/519181/2017)

Assunto: Pedido de Medida Cautelar formulada pelo Sr. ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, solicitando a suspensão da restrição constante no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFE em razão do Convênio nº 150/2014, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

Advogado: JOÃO EUDES DE CARVALHO NERI - OAB/PA Nº 11.183

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 88, caput e inciso I c/c 89, inciso III da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir a medida cautelar pleiteada pelo Sr. ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, e determinar à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO a sustação do registro restritivo no SIAFE/PA referente ao Convênio n. 150/2014, firmado com o Município de Santa Luzia do Pará.

Replicado por Retificação

RESOLUÇÃO Nº. 19.545

(Processo TC/520770/2017)

Assunto: Pedido de Medida Cautelar formulada pelo Sr. ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, solicitando a suspensão da restrição constante no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFE em razão do Convênio nº 096/2014, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

Advogado: JOÃO EUDES DE CARVALHO NERI - OAB/PA Nº 11.183

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 88, caput e inciso I c/c 89, inciso III da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir a medida cautelar pleiteada pelo Sr. ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, e determinar à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO a sustação do registro restritivo no SIAFE/PA referente ao Convênio n. 096/2014, firmado com o Município de Santa Luzia do Pará.

Replicado por Retificação

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Cons.ª ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES, notifico a Senhora MARLENE DA SILVA BORGES (CPF: ***.295.442-**), na pessoa de seu Procurador Dr. ANTONIO JOÃO DE SÁ DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB/PA 25.787 (CPF: ***.395.442-**), de que no dia 17.10.2023, às 08h30min, será julgado o Processo TC/006819/2022, que trata da Representação que tem como objeto a ausência de prestação de contas por parte do Município de Magalhães Barata, dos repasses oriundos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, referente ao Exercício Financeiro de 2020, tendo como Relatora a Exma. Cons.ª Maria de Lourdes Lima de Oliveira.

Informo que, conforme disposição contida no Art. 177, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do TCE-PA, o(a) interessado(a) poderá produzir Sustentação Oral, de forma presencial, por ocasião da realização do referido julgamento. Para produção de sustentação oral por videoconferência, o(a) interessado(a), em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão, deverá preencher o formulário "Requerimento de Sustentação Oral" disponibilizado no Portal do TCE-PA, no endereço abaixo e observar as disposições contidas § 5º do art. 261 do Regimento Interno.

<https://tcepa.tc.br/apresentacao-e-tce-portal>

Para orientações, ligar (91) 98165-4014 ou (91) 3210-0824.

JOSE TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 993988

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 516/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 23/01/2023, CONSIDERANDO tudo o que consta dos Processos PAE nº 2023/1116309

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SÔNIA DO SOCORRO SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente Operador de Veículos, matrícula nº 200115, 03 (três) dias da Licença-Prêmio relativa ao triênio 2014/2017, para o período de 06 a 08/11/2023.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.

Belém-PA, 04 de outubro de 2023.

Caio Anderson da Silva Dantas

SECRETÁRIO DO MPC/PA

Protocolo: 994082

APOSENTADORIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 21/2022/MPC-PA

CONTRATANTE: Ministério Público de Contas do Estado do Pará, CNPJ 05.054.978/0001-50.

CONTRATADO: M. C. Xerfan Recepções ME, CNPJ 05.332.940/0001-00.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: reajuste de preços referentes ao Contrato nº 21/2022/MPC-PA, calculado mediante a aplicação da variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), no período de